

ANÁLISE DA REALIDADE, ESTABELECIMENTO DE PRIORIDADES E DE ALTERNATIVAS DE AÇÃO

A partir do levantamento e descrição da realidade, com vistas a identificação de necessidades e disponibilidades de ação, deve-se realizar uma análise interpretativa das informações resultantes.

Essa análise deve ter como objetivo o estabelecimento de prioridades, com o propósito de se identificar necessidades relevantes, importantes e fundamentais, tendo-se em mente que nem sempre a problemática mais aparente é a mais importante. Deve-se, pois, buscar o estabelecimento de uma hierarquia de necessidades.

A análise deve envolver, ainda, a identificação de possíveis formas de atuação, com base na qualidade e quantidade dos recursos evidenciados, bem como a especificação das mudanças que devem ser provocadas na situação evidenciada.

Mediante essa análise, deve-se chegar ao estabelecimento de prioridades e de alternativas de ação que possibilitem a proposta de objetivos e de ação, válidos.

Descrição de objetivos

A determinação e descrição de objetivos se constitui numa das mais importantes tarefas de organização e planejamento de qualquer ação educativa em geral e, em especial, da Orientação Educacional, pois dessa especificação depende, fundamentalmente, a direção e eficácia das ações planejadas.

Toda ação e procedimentos em Orientação Educacional devem ser caracterizados pela intencionalidade, isto é, ser orientados pela produção de resultados. E é na medida em que esses aspectos são adequadamente determinados e descritos que a ação adquire condições de tornar-se eficaz.

Dada a centralidade da determinação e descrição de objetivos no planejamento, a problemática será abordada a seguir.

Especificação da ação

No plano de ação, propriamente dito, são:

- a) estabelecidos os objetivos para cada um dos grupos a que a ação se destina, como por exemplo para alunos de 1ª série, professores de 1ª à 4ª séries, alunos em fase de escolha profissional, pais de alunos da 5ª série, etc.;
- b) indicadas as estratégias julgadas apropriadas para a efetivação dos objetivos apontados, e que se constituem na descrição de como se vai desenvolver uma ação ou atividade;
- c) especificadas, seqüencialmente, as atividades, isto é, o que se vai fazer para efetivar os objetivos;
- d) previsto o cronograma de ação, isto é, as datas de início e término das ações, e a distribuição do tempo em termos de número de horas a ser empregado em cada uma delas.

Avaliação

A avaliação objetiva e criteriosa dos planos de ação da Orientação Educacional é uma necessidade imperativa, pois é só por meio dela que se poderá:

- a) demonstrar que a ação produz alguma diferença quanto ao desenvolvimento dos alunos;
- b) promover o aprimoramento da ação como consequência de sugestões resultantes da avaliação.

A Orientação Educacional deve ser capaz de demonstrar os resultados de sua atuação, pois dessa demonstração depende o estabelecimento e a manutenção do reconhecimento público à validade de seu trabalho. Deve ainda voltar-se para seu próprio aperfeiçoamento e desenvolvimento, por meio da identificação da propriedade de seus objetivos e estratégias.

Observa-se da análise de planos de ação em Orientação Educacional que comumente:

a) as propostas de avaliação são vagas e não especificam os critérios ou indicadores que, ao serem comparados com informações obtidas no processo de medida, possibilitariam a emissão de um julgamento de valor, procedimento esse que é básico no processo de avaliação (Popham, 1977; Lafourcade, 1980);

b) as propostas de avaliação são incompletas e deixam de prever os meios e instrumentos necessários ao levantamento de informações necessárias para a avaliação.

A fim de se poder realizar o processo de avaliação de maneira objetiva e criteriosa, toma-se necessário que, na fase do planejamento, se observem os requisitos e procedimentos, a seguir descritos, conforme Thomdike e Hagen (1973), Gronlund (1973) e Popham (1977) sugerem.

1. Planejar todas as ações antes de iniciá-las e descrevê-las tanto mais especificamente quanto possível.

2. Definir os objetivos em termos dos resultados esperados, procurando observar que:

a) cada objetivo se constitua na descrição de um comportamento que deve ser desenvolvido até o final do programa;

b) o comportamento esperado seja, tanto quanto possível, observável, e não apenas resultante de interferências e suposições;

c) cada objetivo apresente um comportamento unitário, isto é, que cada um deles proponha um só resultado - mesmo quando sejam intimamente relacionados uns aos outros; devem ser descritos separadamente;

d) cada objetivo seja descrito em linguagem simples, clara, precisa e direta, sugerindo um único significado, de maneira que seja interpretado da mesma forma por pessoas diversas em várias ocasiões;

e) cada objetivo proposto esteja em nível alcançável pelo aluno, isto é, que enquanto voltado para o desenvolvimento do aluno, o seja em nível e grau de dificuldade e esforço que ele possa superar.

3. Planejar atividades apropriadas para o desenvolvimento de todos os objetivos. Caso se tenha por objetivo desenvolver, por exemplo, o espírito de iniciativa nos educandos, deve-se programar atividades em que essa qualidade possa ocorrer e se desenvolver.

4. Selecionar e/ou elaborar instrumentos apropriados para a medida e identificação dos resultados. Esta operação deve fazer parte da fase do planejamento. Ela é trabalhosa, tendo em vista que todos os programas variam entre si por terem objetivos diferentes em natureza e nível e, por isso, para cada um deles está implícita a necessidade de se montar instrumentos próprios de avaliação.

5. Desenvolver métodos que permitam determinar se os resultados identificados são de fato resultantes das ações propostas ao invés de serem resultantes de efeitos paralelos.